

Patriarcalismo, violência, religião e ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIA+: Da Casa à Rua

- Maria Clara Ramos Nery
- Rodrigo Amarante
- Berenice Falconi Baptista
- Vitoria Vizzoto

RESUMO

O presente trabalho discute o patriarcalismo, a violência contra mulheres e a comunidade LGBTQIA+, além dos valores morais religiosos que moldaram historicamente a sociedade brasileira. Também explora a ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIA+, desde o ambiente doméstico até o espaço público, com base nas teorias de Axel Honneth, sobre o reconhecimento social, e de Roberto DaMatta sobre a relação entre o espaço da casa e da rua. O objetivo é estabelecer a ligação entre a violência contra mulheres e a comunidade LGBTQIA+, em especial contra pessoas transexuais, no contexto brasileiro. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo, de revisão da literatura, complementada por pesquisa bibliográfica, análise de vídeos, de filmes, notícias veiculadas pela mídia, documentários e discussões dentro de um grupo de pesquisa vinculado ao CNPQ, intitulado “Danos Colaterais do Universal Heterossexual”, do qual os autores fazem parte. A questão central do estudo é como o patriarcalismo e a violência, muitas vezes legitimados por discursos religiosos, influenciam a ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIA+ e como essa ocupação transforma as dinâmicas sociais e culturais. O trabalho busca compreender como a presença da comunidade LGBTQIA+ no espaço público desafia e modifica normas tradicionais e quais são as implicações para a luta por direitos e reconhecimento social. Conclui-se que práticas como a Parada do Orgulho LGBTQIA+ desencadeiam desafios que reconfiguram normas sociais e culturais no contexto conservador da sociedade brasileira, em busca de reconhecimento social.

Palavras-chave

Patriarcalismo. Violência. Comunidade LGBTQIA+ Reconhecimento. A casa e a rua.

PATRIARCHY, VIOLENCE, RELIGION AND THE OCCUPATION OF PUBLIC SPACE BY THE LGBTQIA+ COMMUNITY: FROM THE HOME TO THE STREET

ABSTRACT

This paper discusses patriarchy, violence against women and the LGBTQIA+ community, as well as the religious moral values that have historically shaped Brazilian society. It also explores the occupation of public space by the LGBTQIA+ community, from the domestic environment to public spaces, based on Axel Honneth's theories of social recognition and Roberto DaMatta's concept of the relationship between the space of the home and the street. The objective is to establish the link between violence against women and the LGBTQIA+ community, especially transgender individuals, within the Brazilian context. Methodologically,

it is a qualitative study, involving a literature review complemented by bibliographic research, analysis of videos, films, media news, documentaries, and discussions within a research group affiliated with CNPQ, titled “Collateral Damages of the Heterosexual Universal,” of which the authors are members. The central question of the study is how patriarchy and violence, often legitimized by religious discourses, influence the occupation of public space by the LGBTQIA+ community and how this occupation transforms social and cultural dynamics. The paper seeks to understand how the presence of the LGBTQIA+ community in public space challenges and modifies traditional norms, and what the implications are for the fight for rights and social recognition. The conclusion is that practices such as the LGBTQIA+ Pride Parade trigger challenges that reconfigure social and cultural norms within the conservative context of Brazilian society, in pursuit of social recognition.

Keywords

Patriarchy. Violence. LGBTQIA+ Community. Recognition. The home and the street.

Introdução

A ocupação do espaço público, entendendo-se aqui a ocupação da rua¹ pela comunidade LGBTQIA+², é uma questão central para entender as dinâmicas sociais, culturais e políticas no Brasil contemporâneo. Este estudo busca investigar, interpretar e analisar o impacto da "tomada das ruas" pela Parada do Orgulho LGBTQIA +, considerando elementos históricos constitutivos da cultura nacional e da identidade brasileira. Nosso país é marcado por profundas desigualdades sociais, pelo patriarcalismo³ e patrimonialismo⁴ em sua constituição, pelo conservadorismo⁵, pelo sincretismo religioso⁶ e pela diversidade cultural⁷. A presença da Parada do Orgulho LGBTQIA + se constitui na

¹ Estamos utilizando aqui como referência a obra de Roberto Da Matta *A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*.

² **L:** Lésbicas; **G:** Gays; **B:** Bissexuais; **T:** Transexuais ou Transgêneros; **Q:** Queer ou Questionando (quem não se identifica dentro das normas de gênero e sexualidade); **I:** Intersexuais; **A:** Assexuais (ou Aliados, dependendo do contexto). O "+" representa outras identidades de gênero e orientações sexuais que não estão explicitamente incluídas nas letras anteriores, como pansexuais, agêneros, demissexuais, entre outras.

³ **Patriarcalismo:** Refere-se a uma organização social ou sistema de poder em que os homens têm autoridade predominante, especialmente dentro da família, onde o pai ou o homem mais velho exerce controle sobre as mulheres e os filhos. O patriarcalismo também se estende a esferas políticas e culturais, onde os homens dominam posições de poder e decisão, mantendo uma hierarquia baseada no gênero.

⁴ **Patrimonialismo:** É um sistema de governança em que o governante trata o Estado como sua propriedade privada, distribuindo cargos, favores e privilégios de acordo com sua vontade pessoal. No patrimonialismo, não há separação clara entre os recursos públicos e os interesses privados, e a administração pública se mistura com o domínio familiar ou pessoal do líder.

⁵ **Conservadorismo:** Ideologia política e social que busca preservar as tradições, valores e instituições estabelecidas, resistindo a mudanças abruptas ou radicais. Os conservadores defendem a manutenção da ordem social, da moral tradicional, e geralmente têm uma abordagem cética ou cautelosa em relação a reformas políticas ou culturais que alterem significativamente a estrutura vigente da sociedade.

⁶ **Sincretismo religioso:** Processo de fusão ou mistura de diferentes crenças e práticas religiosas, resultando em uma nova tradição que incorpora elementos de várias religiões. No Brasil, o sincretismo é visível em práticas que combinam religiões africanas, catolicismo e espiritismo, como no caso do candomblé e da umbanda.

⁷ **Diversidade cultural:** Refere-se à existência de uma variedade de culturas, tradições, línguas, religiões e expressões artísticas dentro de uma sociedade ou em todo o mundo. A diversidade cultural valoriza a coexistência pacífica e o respeito mútuo entre diferentes grupos culturais, promovendo o reconhecimento e a proteção das identidades culturais distintas.

expressão da visibilidade de uma comunidade que reivindica seu direito de ser quem é, seu direito de amar como deseja e seu simples direito de existir. Este ato, a Parada do Orgulho LGBTQIA +, em seu conteúdo de sentido, significa resistência. Resistência à opressão que impede o ser o que se é.

Historicamente, os espaços públicos foram e em certa medida continuam sendo, arenas de exclusão e violência para pessoas LGBTQIA +. No entanto, nas últimas décadas, tem havido uma crescente ocupação desses espaços como forma de protesto, celebração e demanda por reconhecimento, pertencimento e reivindicação de direitos iguais, ou seja, conquistar a cidadania, que envolve o direito de ter direitos (Arendt, 2021). Este movimento é simbolizado pela Parada do Orgulho LGBTQIA +, um evento que se consolidou como um dos maiores atos públicos em defesa dos direitos dessa comunidade no Brasil, dos direitos humanos em sentido amplo no âmbito de uma sociedade alicerçada na desigualdade social como a brasileira.

Cabe destacar que, na contemporaneidade, estamos vivenciando novas formas de sociabilidade e consideramos que essa mudança permitiu a abertura à comunidade LGBTQIA + na busca por seus direitos de reconhecimento e pertencimento, embora no contexto da sociedade brasileira ainda tenhamos raízes fortes de caráter conservador. A Parada do Orgulho LGBTQIA + no Brasil, especialmente a de São Paulo, é uma das maiores do mundo conforme publicação constante na revista Exame, publicada em 30 de maio de 2024, pelo repórter Gilson Garrett Junior. Em 2023, a parada de São Paulo reuniu aproximadamente 4 milhões de pessoas, de acordo com os organizadores⁸. Este evento não apenas celebra a diversidade e a resistência da comunidade LGBTQIA+, mas também destaca questões políticas e sociais urgentes, como a luta contra a discriminação, a violência e a necessidade de políticas públicas inclusivas. A cada ano que passa a Parada do Orgulho LGBTQIA + vai angariando adeptos e também, não podemos deixar de dizer, críticos ferozes que a consideram um acinte aos valores morais e éticos da família brasileira.

Este trabalho apresenta resultados de pesquisa que englobam reflexões, investigações, interpretações e análises realizadas pelos membros do grupo de pesquisa vinculado ao CNPQ, denominado “Danos Colaterais do Universal Heterossexual⁹”. O processo investigativo tem como enfoque a comunidade LGBTQIA+, considerando o universo multifacetado e complexo da forma como a sociedade brasileira, com seu traço característico típico no âmbito sociocultural conservador e heteronormativo, exerce a discriminação, o estigma, a atribuição de rótulos e busca relegar os

⁸ A estimativa de que a Parada do Orgulho LGBTQIA+ de São Paulo reuniu cerca de 4 milhões de pessoas em 2023 foi amplamente divulgada por veículos de mídia brasileiros. Fontes como o **G1** e o **UOL** publicaram artigos que mencionam esses números, com base nas informações fornecidas pelos organizadores do evento.

⁹ O conceito de “universal heterossexual” refere-se à ideia de que a heterossexualidade é a norma padrão e dominante em uma sociedade, muitas vezes considerada como a única orientação sexual “natural” ou “aceitável”¹. Essa normatividade pode ter vários impactos negativos, ou “danos colaterais”, especialmente para aqueles que não se enquadram nessa norma.

denominados “diferentes” da norma vigente à invisibilidade social e ao não reconhecimento. A violência praticada, por consequência, resulta da ausência de reconhecimento social recíproco (Honneth, 2009), negando-se a existência de toda uma comunidade que busca, em sua luta, o reconhecimento como pessoa, como grupo e pelo direito de ser quem é.

De outra parte, consideramos não menos importante enquanto grupo de pesquisa e análises investigativas realizadas, ter um olhar atento acerca da violência contra a mulher, na medida em que, deve-se levar em conta a existência de uma relação de interdependência entre essa violência e a violência contra a comunidade LGBTQIA+. No contexto da sociedade brasileira, que em sua matriz histórica está alicerçada no que pode ser definido como poder e autoridade masculinos, essa interdependência se revela de forma ainda mais complexa, pois o patriarca é visto como a figura que detém o poder máximo sobre toda a família e aqueles que a circundam. Diante disso, é fundamental compreender como essas dinâmicas se perpetuam e buscar formas de combatê-las, visando à construção de uma sociedade mais justa e equitativa para todos¹⁰.

A questão do reconhecimento social recíproco é de fundamental importância. Nossa ferramenta teórica baseia-se na concepção de Axel Honneth, para quem o reconhecimento social recíproco envolve os valores que a sociedade atribui às capacidades e contribuições do indivíduo, incluindo o reconhecimento no âmbito profissional, cultural e comunitário. Nessas esferas, as realizações e características pessoais são apreciadas e valorizadas, contribuindo para um sentido de autorrealização e pertencimento, elementos essenciais para a identidade individual e cultural (Honneth, 2009).

No contexto de sociedades fundamentadas em relações sociais e redes digitais, a consideração do sentimento de pertencimento por parte de indivíduos e grupos é fundamental para a construção de um repertório de ações individuais e coletivas que contribuam para a autoestima social e a promoção da força moral, por meio da busca de reconhecimento através da luta política (Honneth, 2009). A ausência da sensação de pertencimento implica estar à deriva, sem saber quem se é e qual é o seu lugar, o que coloca os seres humanos à mercê do acaso, sendo o acaso inimigo de nossa humanidade.

Podemos dizer que: a teoria do reconhecimento de Honneth (2009) tem sido amplamente aplicada em diversos campos, incluindo a política, a ética, a psicologia e os estudos culturais. Ela oferece um quadro analítico útil para entender as dinâmicas de poder e exclusão em contextos sociais

¹⁰ Podemos determinar de forma simples os três traços marcantes do patriarcalismo: **Hierarquia Familiar:** O chefe da família, geralmente o pai ou marido, detém o poder e a autoridade máxima, tomando decisões importantes que afetam todos os membros da família. **Papéis de Gênero Rígidos:** Os papéis de gênero são claramente definidos, com homens responsáveis pelo sustento e decisões externas, enquanto as mulheres são associadas ao cuidado do lar e dos filhos. **Restrição de Direitos:** Mulheres e filhos frequentemente têm suas liberdades e decisões limitadas para preservar a unidade familiar e a autoridade masculina

diversos, incluindo as questões de gênero, raça, orientação sexual e classe social. No contexto da ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIA+ no Brasil, a teoria de Honneth (2009) pode ser utilizada para analisar como as demandas por reconhecimento (afetivo, jurídico e social) são articuladas e quais são os impactos dessas demandas na sociedade e na identidade dos indivíduos LGBTQIA+.

Para Honneth (2009), a luta pelo reconhecimento é força motriz central nas sociedades contemporâneas. A ausência de reconhecimento ou o reconhecimento inadequado podem levar à alienação, ao ressentimento e ao conflito social. O reconhecimento, por outro lado, promove a coesão social, a solidariedade e o desenvolvimento pessoal, por isso, se torna importante e significativo o trabalho com esta categoria conceitual de Honneth (2009), para explicar a questão do indivíduo em relação de interdependência com a sociedade, com o espaço social.

Neste trabalho, refletir acerca do espaço público hoje se torna essencial, pois ele se encontra de alguma forma ressignificado, na medida em que, como nos diz Bauman (2001), há nestes tempos de modernidade líquida a transformação do privado enquanto público e do público enquanto privado. O que envolve uma série de reflexões acerca da ocupação do espaço público na contemporaneidade. Portanto, nossa questão investigativa é: De que maneira o patriarcalismo e a violência, muitas vezes legitimados por discursos religiosos, influenciam a ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIA+ e como essa ocupação pode transformar as dinâmicas sociais e culturais desde o ambiente privado até o espaço público? Buscamos então investigar e analisar a forma como a ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIA+ no Brasil, desafia e transforma as normas sociais e culturais tradicionais, e quais são as implicações dessa ocupação para a luta por direitos e reconhecimento social no contexto da sociedade brasileira contemporânea.

A questão investigativa nos permite explorar a relação do público e privado, o conteúdo de sentido da casa e da rua, a interseção entre a visibilidade da comunidade LGBTQIA+ em espaços públicos e a busca de transformação das normas e valores sociais. Ela incita a reflexão sobre como a presença LGBTQIA+ em espaços públicos, desde eventos como a Parada do Orgulho LGBTQIA+ até outras formas de manifestação pode questionar e potencialmente reconfigurar as concepções tradicionais de gênero, sexualidade e cidadania. Além disso, a questão direciona a análise para as consequências dessas ocupações na luta por direitos e reconhecimento, examinando tanto os avanços obtidos quanto os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+ no Brasil.

DaMatta (1985), em sua obra “A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil”, é um teórico significativo para as reflexões neste trabalho, pois o dualismo entre o público e o privado no contexto da sociedade brasileira, com seu traço cultural marcante e sua estrutura cultural, deve ser analisado. Segundo o autor, esses representam dois universos distintos. Esta abordagem pode nos

ajudar a compreender, de forma mais aprofundada, a força ou a falta de força do movimento da Parada do Orgulho LGBTQIA+ no âmbito de nossa sociedade. Além disso, há um conteúdo de sentido relevante na análise da casa e da rua em suas diversas significações quando consideramos a comunidade LGBTQIA+, especialmente em sua "luta por reconhecimento". Outros autores se constituem como nossa caixa de ferramentas para a investigação e análise da questão investigativa. Michel Foucault, é fundamental para compreender como as relações de poder se manifestam nos espaços públicos e como a vigilância e a normalização influenciam o comportamento e a identidade. Sua noção de "biopolítica"¹¹ e a ideia de "heterotopia"¹² podem ser aplicadas para analisar como a Parada do Orgulho LGBTQIA+ enquanto alternativa de resistência às normas sociais dominantes, hegemônicas.

Metodologia

Metodologicamente, utilizamos a pesquisa documental, com foco em mídias e registros jornalísticos dos periódicos mais renomados do país, como *Veja* e *Isto É*, além de reportagens e do documentário *Transbrazil*, que retrata a luta da comunidade trans por seus direitos. Também consideramos registros jornalísticos de publicações como *Folha de São Paulo*, *Zero Hora* e *Correio do Povo*, bem como palestras do programa *Café Filosófico*, da TV Cultura. Dentre essas palestras, destacam-se: "Reflexão sobre a Era da Diversidade Sexual", proferida por Giancarlo Spizzirri (disponível em [YouTube](#)); e "Gênero e Sexualidade", com Laerte Coutinho e Benilton Bezerra Júnior (também disponível em [YouTube](#)).

Em relação aos filmes, analisamos *Priscila: A Rainha do Deserto*, *A Garota Dinamarquesa*, *Me Chame pelo Seu Nome*, *A Gaiola das Loucas* (nas duas versões) e *Carol*. Nem todos esses filmes abordam a ocupação do espaço público pelo movimento LGBTQIA+, mas *Priscila: A Rainha do Deserto* se destaca como um marco, iniciando a busca por efetiva visibilidade social da comunidade LGBTQIA+ contemporânea. *A Gaiola das Loucas* também se apresenta como um importante marco

¹¹ O conceito de *biopolítica* é desenvolvido por Michel Foucault para descrever um conjunto de práticas e técnicas de poder voltadas para a gestão da vida e dos corpos das populações. Foucault argumenta que, a partir do século XVIII, o poder deixou de se concentrar apenas no controle do território e da soberania estatal e passou a focar na administração dos corpos e na regulação dos fenômenos biológicos, como natalidade, mortalidade, saúde, higiene, e outros aspectos que envolvem a vida coletiva dos indivíduos. Esse controle é exercido por meio de instituições e mecanismos que visam otimizar a vida e aumentar a produtividade das populações, ao mesmo tempo que normalizam e disciplinam os comportamentos.

¹² O conceito de *heterotopia* foi desenvolvido por Michel Foucault para descrever espaços que são diferentes ou "outros" em relação aos espaços comuns e cotidianos. *Heterotopias* são lugares que existem fisicamente, mas que funcionam de forma distinta, com regras e significados próprios, que podem tanto espelhar quanto subverter a ordem social dominante. Elas são espaços reais que acumulam significados múltiplos, funcionando como uma espécie de contraponto às *utopias*, que são espaços idealizados e inexistentes.

na discussão sobre diversidade sexual. Os demais filmes evidenciam os desafios da orientação sexual não heteronormativa, apontando para os conflitos presentes na descoberta da identidade em relação aos padrões de normalidade e aceitação social.

No primeiro momento deste trabalho vamos abordar alguns dos elementos do patriarcalismo e sua influência no contexto da sociedade brasileira, pois compreendemos que este se constitui enquanto uma raiz de desvalorização da mulher e também das pessoas transexuais e de forma mais abrangente da comunidade LGBTQIA+.

No segmento abordaremos elementos atinentes ao universo de representações simbólico religiosas, que no contexto brasileiro é fonte de valores morais de caráter conservador e fonte de determinação do papel social da mulher enquanto cuidadora. Podemos ilustrar como o universo religioso sustenta o conservadorismo brasileiro, alicerçado em valores tradicionais (relacionados ao religioso), utilizando como exemplo o governo anterior do presidente Jair Bolsonaro, no período de 2019-2022, cujo lema era: “Pátria, Família e Liberdade.”

Vale destacar também a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, um movimento ocorrido no Brasil em 1964, organizado por setores conservadores da sociedade brasileira, incluindo a participação da Igreja Católica. Essa manifestação expressava total apoio ao golpe militar que destituiu João Goulart do poder. A Igreja Católica, junto a outras entidades civis, como associações femininas, clubes sociais e grupos empresariais, desempenhou um papel crucial na promoção da marcha, mobilizando uma grande quantidade de pessoas em diversas cidades do país. A maior delas ocorreu em São Paulo, em 19 de março de 1964 (Azevedo, 2014). Destaca-se o dogma como um “comando” para a obediência internalizada, à medida que se constitui como um regime de verdade (Foucault, 2018), formador de indivíduos e grupos a partir do contexto religioso. Também abordamos nesta parte do trabalho a relação do religioso enquanto expressão do social, conforme Durkheim (1989).

No terceiro momento, realizaremos uma abordagem analítica mais específica sobre a Parada do Orgulho LGBTQIA+, a ocupação do espaço público da rua, como busca de visibilidade, reconhecimento e pertencimento, pois o conteúdo de sentido deste movimento deve devidamente ser compreendido para que possamos identificar aos contrários ao movimento a violência presente em nossa sociedade contra o diferente, que é um traço característico típico em nossa esfera sociocultural, advindo de uma cultura transplantada, eurocêntrica que não aceita a diferença, por fim, nossas considerações finais.

Esperamos que a compreensão reflexiva sobre a ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIA+ no Brasil, desde a intimidade da casa até a visibilidade nas ruas, não seja apenas uma questão de presença física, mas uma reivindicação de direitos, reconhecimento e pertencimento. Ao analisar esse fenômeno social, especialmente a Parada do Orgulho LGBTQIA+, buscamos entender

como essas práticas de ocupação dos espaços, particularmente o espaço público das ruas, desafiam e reconfiguram as normas sociais e culturais em uma sociedade conservadora que recusa a diferença. Este estudo, ao examinar a trajetória e o impacto dessas ocupações com as ferramentas teóricas adequadas, busca revelar as dinâmicas de resistência, afirmação e luta política pelo reconhecimento e valorização social da comunidade LGBTQIA+. Tal análise pode contribuir para o questionamento dos valores conservadores e para a ressignificação da esfera sociocultural brasileira, valorizando o ato político praticado pela comunidade LGBTQIA+.

A violência contra a mulher e contra a comunidade LGBTQIA+: a presença da raiz do patriarcalismo no contexto da sociedade brasileira.

Tem se observado ampla divulgação acerca das mortes de transexuais no Brasil. Em reportagem do UOL, em reportagem do ano de 2022, consta que: “Pelo 14º Ano o Brasil é o país que mais mata pessoas trans.”¹³ Por quê? Qual o nexos causal desse processo? Será que a violência contra a mulher, ainda alicerçada no patriarcalismo brasileiro que persiste enquanto traço característico típico da cultura brasileira, não funciona como força motriz para tal processo de violência, especialmente contra pessoas transfemininas.

Não é novidade os índices elevados de violências contra as mulheres e contra pessoas da comunidade LGBTQIA+, em nossa sociedade. Portanto, a violência contra a mulher e a comunidade LGBTQIA+ no Brasil é uma realidade alarmante que se reflete nas raízes profundas do patriarcalismo historicamente constituído. Apesar dos avanços legislativos e sociais, as mulheres brasileiras e a comunidade LGBTQIA+, enfrentam desafios significativos, devido a uma estrutura sociocultural que possui como traço característico típico o privilegiar o gênero masculino e a heteronormatividade. Destaque-se que a violência contra as mulheres tem referência no patriarcado (Aguiar, 2000).

Importante enfatizar que a civilização ocidental se assenta nos determinantes de uma concepção de mundo judaico-cristã, onde as influências culturais e religiosas, bem como os valores morais determinados pelo judaísmo e pelo cristianismo, enquanto tradições religiosas históricas inter-relacionadas, exerceram um papel significativo no desenvolvimento das sociedades ocidentais. Nesse contexto, observa-se que o papel da mulher é frequentemente secundarizado, sendo considerada como a principal cuidadora. São lapidares as palavras de Lerner (2020) quando aponta que: "Afirmar que, de todas as atividades humanas, apenas os cuidados fornecidos por mulheres são imutáveis e eternos

¹³ Pelo 14º ano, Brasil é país que mais mata pessoas trans (uol.com.br)

é, de fato, destinar metade da raça humana a uma existência inferior, à natureza em detrimento da cultura" (Lerner, 2020, p. 47). Essa assertiva de Lerner retrata a herança comum e o valor compartilhado acerca do papel da mulher no contexto ocidental, que moldaram e ainda moldam muitas das estruturas sociais, legais e morais no Brasil.

Em nosso país, podemos constatar um dado alarmante no aspecto jurídico que está a cargo do Estado. É o Estado que tem o poder irrestrito sobre o corpo da mulher, determinando se ela pode realizar o aborto ou não. Esse processo reflete a vigilância masculina sobre o corpo da mulher.

Nos sites Congresso em Foco e Portal da Câmara dos Deputados, temos a seguinte notícia de fato:

Recentemente, um projeto de lei no Brasil tem gerado grande polêmica ao propor penalizações severas para mulheres que optarem pelo aborto após cinco semanas de gestação, mesmo em casos de estupro. Este projeto, identificado como PL 1904/2024, estabelece penas que variam de seis a 20 anos de prisão para mulheres que realizarem abortos após o período estipulado, e sua aplicação também se estende a quem realizar o procedimento sem o consentimento da gestante.

Atualmente, a legislação brasileira não prevê um limite gestacional específico para a interrupção da gravidez em casos de estupro, mas o novo projeto propõe considerar viável a vida fetal a partir de 22 semanas, ponto em que o aborto não seria mais permitido mesmo em casos de estupro ([CONJUR](#)) ([Congresso em Foco](#)) Críticos do projeto, incluindo especialistas em direito e saúde reprodutiva, apontam que essa proposta representa um retrocesso significativo para os direitos das mulheres, agravando ainda mais a situação de vítimas de violência sexual. Além disso, o projeto contraria o entendimento recente do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu uma resolução do Conselho Federal de Medicina que proibia o aborto em gestações resultantes de estupros após 22 semanas ([CONJUR](#)) ([Portal da Câmara dos Deputados](#)).

A controvérsia se intensifica com o fato de que a pena prevista para o aborto pode ser mais severa do que a aplicada ao estuprador, o que tem sido amplamente criticado como uma medida desproporcional e injusta ([Congresso em Foco](#)).⁷

O que um fato como este acima representa no contexto de uma sociedade com relação a consideração para com a mulher? Pois tal concepção no âmbito das relações de gênero representa uma concepção do outro, enquanto um ser sobre o qual se tem o domínio como detentor da força do império do masculino. Força essa autorizada socialmente e envolve também este império do masculino, tudo que contém formas de ser diferente do imperativo universal heterossexual. De onde vem a “autorização” para matar as mulheres, as pessoas LGBTQIA+ no contexto da sociedade brasileira? Consideramos que se não abordarmos os elementos fundantes de nossa realidade histórica, não conseguiremos chegar a uma compreensão mais profunda e transformadora da realidade presente. E, aqui para nós, enquanto resultado de nossas investigações, a raiz da violência contra a mulher e as pessoas LGBTQIA+ está na estrutura patriarcal da sociedade brasileira, fonte geradora também, do machismo. Aguiar (2000) cita a definição de Weber acerca do patriarcado quando aponta que:

De fato, o poder patriarcal é caracterizado por Max Weber (1946 p. 346) como sendo um sistema de norma baseado na tradição. Assim, as decisões são tomadas sempre de um mesmo modo. Outro elemento básico da autoridade patriarcal é a obediência ao senhor, além da que é devotada à tradição. A modalidade, por excelência da relação de dominação inquestionável é a do poder patriarcal, uma vez que não há possibilidade de que a autoridade paterna seja questionada por intermédio da justiça (AGUIAR, 2000, p. 313-314).

A assertiva de Aguiar (2000), aborda a concepção do poder patriarcal weberiana, destacando as características do poder patriarcal, características estas que o fundamentam, tais como: um sistema de normas baseado na tradição; as decisões são tomadas sempre do mesmo modo, sendo sempre previsíveis, o que não abre espaço para mudanças; obediência ao patriarca e a tradição. Neste sentido este aspecto envolve a tradição que o patriarca representa. Esta é uma característica típica do patriarcado importante, na medida que, nos permite compreender que o respeito e a submissão exercidos são dirigidos tanto à pessoa que exerce o poder quanto ao sistema de normas que encarna.

Outra característica é a dominação inquestionável, ou seja, a autoridade patriarcal é absoluta; o patriarca possui uma espécie de imunidade legal, ou seja, podemos dizer que o patriarca “está acima da Lei.” Esses elementos característicos típicos do patriarcalismo demonstram a estrutura de poder do masculino sobre o feminino autorizado e ratificado socialmente.

Se temos em nossa estrutura sociocultural uma raiz patriarcal estabelecida desde o início de nossa sociedade, com traços culturais típicos transplantados de Portugal, podemos afirmar que essa estrutura permanece, de alguma forma, ressignificada no contexto da sociedade brasileira atual, possibilitando o machismo e a intolerância à diferença. Compreendemos que o que é estrutural também é estruturante (Bourdieu, 2020). Considerando que nossa formação social e histórica possui suas bases nos dispositivos de controle e opressão, portanto, podemos afirmar que, mesmo com as mudanças existentes, nas relações de gênero na sociedade brasileira, os elementos estruturantes do domínio do masculino, da presença do heteronormativo, ainda estão vigendo em nossa realidade social e cultural. Por isso, ainda enfrentamos, de forma mais acentuada, a violência doméstica e o feminicídio bem como o aumento dos assassinatos de pessoas transexuais.

Tanto para as mulheres, como para com a comunidade LGBTQIA+, os desafios são significativos. Não se mata ou se agride somente na materialidade do uso da arma, do soco, do tapa ou do pontapé, mas também, na submissão. A violência psicológica, física e sexual contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ não é apenas um ato de agressão individual, mas também uma manifestação de poder e controle enraizados em normas de gênero desiguais e discriminatórias, alicerçadas no processo de subjetivação, que segundo Foucault (2018)), é o processo pelo qual indivíduos e grupos se tornam sujeitos, no sentido de assujeitados¹⁴, através de práticas de poder e saber que moldam suas

¹⁴ O conceito de *assujeitamento* em Michel Foucault refere-se ao processo pelo qual os indivíduos se tornam sujeitos por meio de práticas de poder e conhecimento. Para Foucault, o poder não é apenas uma força repressiva, mas também

identidades, formas de compreender o mundo da vida, seus comportamentos e a construções de seus repertórios de ações individuais e coletivas. É um processo de opressão que se realiza sob vários dispositivos de poder, inclusive sobre o dispositivo de poder das práticas discursivas internalizadas, religiosas, científicas, jurídicas, etc. (Foucault, 2018)

Devemos considerar no cenário da cultura brasileira em seus traços estruturais marcantes, que o patriarcalismo foi elemento fundante das relações de gênero, do universal heterossexual, onde o poder masculino era exercido em sentido máximo e a mulher socialmente tinha não apenas um papel secundário da sociedade mas um papel social inferior, apenas cuidadora “presa aos afazeres domésticos e dos deveres de esposa,” bem como no tempo da Casa Grande, “alguém para gerar o filho herdeiro do senhor.” Beauvoir escreve que: Na esquina da cisgeneridade¹⁵e, heteronormativa não existe “um palmo de percepção histórica e factual para além do seu próprio terreno umbilical (Beavouir, 2023, p.29).”

Recorrendo a Honneth (2009), podemos afirmar que, na esfera das relações sociais mais amplas, incluindo a participação em comunidades, onde podemos “situar” pessoas LGBTQIA+, o reconhecimento deveria basear-se na valorização das capacidades e contribuições individuais, em reciprocidade, para o bem comum. No entanto, como isso é possível se a sociedade brasileira patriarcal recusa a diferença? A reciprocidade aqui envolve o reconhecimento mútuo das qualidades e realizações de cada indivíduo, fomentando um senso de pertencimento e respeito coletivo. Esse tipo de reconhecimento é essencial para o desenvolvimento da autorrealização, permitindo que as pessoas se sintam valorizadas por suas contribuições únicas à sociedade.

Para Honneth (2009), a reciprocidade no reconhecimento é crucial, pois é justamente esse reconhecimento mútuo que permite aos indivíduos desenvolverem uma autorrealização positiva. Sem essa reciprocidade, as pessoas podem sofrer sentimentos de inferioridade, desrespeito ou marginalização, o que pode levar a conflitos sociais e à desintegração das relações comunitárias.

Assim, a teoria de Honneth (2009) sublinha a importância de estruturas sociais que promovam e sustentem formas recíprocas de reconhecimento, como meio de fomentar tanto o bem-estar individual quanto a coesão social. A questão que devemos fazer em se considerando a violência contra a mulher e o movimento LGBTQIA+ é: com relação a estes há a reciprocidade do reconhecimento social? Se houvesse essa reciprocidade social, em que nível estaria neste país a violência contra e

produtiva, pois é através dele que os indivíduos são moldados e se constituem como sujeitos. Em sua obra *Do governo dos Vivos* (2028), deixa clara a definição do assujeitamento como dispositivo de molde inclusive pela internalização de práticas discursivas

¹⁵ Cisgeneridade é a condição de uma pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao sexo que lhe foi atribuído ao nascer¹². Em outras palavras, uma pessoa cisgênera se identifica com o gênero que lhe foi designado no nascimento. Por exemplo, alguém que foi designado como mulher ao nascer e se identifica como mulher é uma mulher cisgênera.

mulher e a comunidade LGBTQIA+?

Como dissemos anteriormente, intercalando com o contexto histórico do patriarcalismo na sociedade brasileira, é importante destacar que, ao longo dos últimos quarenta anos, a atenção crescente em relação às questões de gênero e sexualidade tem sido uma constante e tem fornecido múltiplas compreensões acerca de como, no passado, elementos estruturantes do presente, como o patriarcado, o racismo e outras formas de opressão, foram vivenciados moldando relações, num processo de subjetivação (Foucault, 2018). A teoria do reconhecimento de Honneth (2009) pode nos permitir compreender essa subjetivação como um encontro dos elementos causais que, no contexto da sociedade brasileira, geraram o não reconhecimento social significativo da mulher e da comunidade LGBTQIA+.

Podemos ilustrar a ausência do reconhecimento recíproco (HONETH, 2009), quando temos a mulher profissionalmente percebendo um salário 25% menor que o salário do homem no exercício da mesma função e muitas vezes com maior qualificação. Quando vemos na dramaturgia brasileira a caracterização caricatural de pessoas LGBTQIA+ no cinema ou na televisão, ou nas séries cômicas de streaming, não estamos diante do reconhecimento social. E esta ausência de reconhecimento é em si mesma um ato de violência. A violência caricatural com relação as pessoas LGBTQIA+ é a violência de uma das principais dores humanas segundo a psicanálise freudiana – a rejeição.

A caricatura do outro como ofensa é uma manifestação de violência simbólica que reforça estereótipos negativos e perpetua relações desiguais de poder. A violência contra a mulher e a violência contra a comunidade LGBTQIA+ no Brasil estão profundamente interligadas pela mesma raiz: o machismo fundado pelo patriarcalismo. Esse sistema patriarcal perpetua a opressão e a marginalização, não apenas das mulheres, mas também das pessoas LGBTQIA+, que desafiam normas tradicionais de gênero e sexualidade.

O machismo que subjuga as mulheres, relegando-as a posições de inferioridade e coisificação é o mesmo que marginaliza e agride pessoas LGBTQIA+, especialmente transgêneros, que frequentemente enfrentam altos níveis de violência. No Brasil, onde o número de assassinatos de pessoas transexuais é alarmante, fica evidente que o patriarcado não só sustenta a violência de gênero, mas também alimenta o ódio e a intolerância contra qualquer identidade que desafie as expectativas heteronormativas e cisnormativas. Assim, combater o machismo, consequência do patriarcado, que é estrutural e estruturante no contexto da sociedade brasileira, é uma condição *sine qua non* para a conquista do reconhecimento pleno das mulheres no campo das relações de gênero e da comunidade LGBTQIA+.

Representações Simbólico-Religiosas e Seus Impactos nos Valores Morais, na Visão do Papel da Mulher e na Sexualidade na Sociedade Brasileira

Toda religião, por ser religião, é plena de historicidade e é essencialmente marcada pelo seu contexto social, político e cultural. Expressões de religiosidade são demarcadas pelas múltiplas determinações dos contextos nos quais se encontram inseridos indivíduos e/ou grupos. A religião é sempre discurso internalizado (Camargo, 1961). Concebemos que não podemos pensar a sociedade, sem que devamos refletir sobre o universo de representações simbólico-religiosas nela sempre existentes. De certa forma, devemos pensar ser o universo religioso um fenômeno intrínseco à nossa humanidade, ao nosso “ser humanos”. Inicialmente, questões se fazem necessárias: podemos pensar a sociedade a partir do religioso? É possível pensar o religioso a partir da sociedade? Quando se colocam estas questões, é porque compreendemos a relação de interdependência que se encontra presente entre sociedade e religião. Este é o ponto de partida que entendemos ser necessário a todo aquele que se propõe estudar todo e qualquer fenômeno religioso no âmbito da Sociologia da Religião e dos Estudos Culturais.

Tendo como referência a relação de interdependência presente entre sociedade e religião, há também que se considerar ser todo e qualquer fenômeno religioso, então, um fenômeno de caráter psicossociológico, uma vez que devemos, da mesma forma, levar em conta ser a religião portadora de uma dupla função: uma função social, que é atinente à realidade objetiva (externa) na qual se encontram inseridos indivíduos e grupos e uma função psicológica (realidade subjetiva-interna), pois que, o religioso se constitui, com suas narrativas e metanarrativas, com seus símbolos, ritos e mitos uma forma de expressão do humano, ao mesmo tempo em que é uma estrutura de plausibilidade do mundo, que acrescenta sentido à existência do homem e se expressa por ser uma dimensão de representação do mundo vivido. Sendo assim, podemos verificar a complexidade que envolve uma análise sociológica do religioso, que não se pode restringir a dicotomias, a polarizações, porque envolve o trabalho com dimensões ricas do social e do humano.

Refletir sobre a sociedade e a religião na relação proposta envolve conceber que a sociedade estabelece formas e dimensões ao religioso e que o religioso, pelos padrões comportamentais que origina, estabelece formas e traduz a sociedade. Além disso, toda e qualquer experiência religiosa, que é uma experiência de caráter subjetivo, se manifesta como uma verdade que se traduz como verdade objetiva, determinante de padrões comportamentais e repertórios específicos de ações individuais e coletivas por parte de indivíduos e grupos.

A sociedade é fruto das relações que se estabelecem entre os grupos humanos, que objetivam

sobreviver em seu sentido imediato e histórico. Reafirmamos: é a partir da necessidade de sobrevivência imediata e histórica que cerca todos os seres humanos que se constituem universos de representações simbólico-religiosas, os quais, por sua vez, geram formas de normatização do social, assegurando a coesão entre indivíduos e grupos e a própria sobrevivência da sociedade em sua totalidade, pois “o que une os indivíduos não é cimento” (Elias, 1994, p. 20).

Devemos, portanto, considerar que, no contexto da sociedade brasileira no âmbito das representações simbólico-religiosas que estas desempenham um papel fundamental na formação dos valores morais e na definição das normas sociais, especialmente no que diz respeito ao papel da mulher e à questão da sexualidade. As diversas tradições religiosas presentes no Brasil, incluindo o catolicismo, o protestantismo, as religiões afro-brasileiras e o espiritismo, contribuem de maneiras distintas para essa configuração.

De outra parte, não podemos considerar o universo de representações simbólico-religiosas sem reconhecer que ele contém em si relações de poder e dispositivos de poder, notadamente estabelecidos através de práticas discursivas. Essas práticas, quando internalizadas, geram ações e comportamentos específicos. Camargo (1961), no contexto da Sociologia da Religião brasileira, chamava a atenção para o religioso enquanto discurso internalizado, conforme citado acima. Este é um ponto fundamental, porque a prática discursiva religiosa estabelece verdades construídas que são internalizadas e acabam por ditar os comportamentos de indivíduos e grupos (Foucault, 2018).

As religiões têm sido uma fonte primordial de orientação moral para muitos brasileiros. Doutrinas religiosas fornecem um conjunto de princípios éticos que guiam comportamentos e decisões pessoais. Por exemplo, a moral judaico-cristã, predominante no Brasil, enfatiza valores como honestidade, caridade, humildade e família. Essas crenças são transmitidas e reforçadas por meio de práticas religiosas, educação moral e rituais comunitários, moldando a percepção coletiva do que é considerado moralmente correto ou aceitável.

No contexto da moral religiosa judaico-cristã presente em nossa sociedade, constata-se que a mulher não ocupa um papel diretivo socialmente, não possui poder de “mando”, estando, portanto, em uma posição subalterna em relação ao homem. É por meio do discurso religioso que se consolida a concepção da mulher como cuidadora. Determinar a imutabilidade desse papel social é decretar que a mulher seja um ser inferior (Lerner, 2020). A sociedade brasileira é fortemente influenciada pelas representações simbólico-religiosas. Em muitas tradições religiosas, a mulher é vista como a guardiã do lar e da moralidade familiar. No catolicismo, por exemplo, a figura de Maria, mãe de Jesus, é frequentemente exaltada como um modelo de pureza, obediência e sacrifício. Essa representação simbólica impacta as expectativas sociais sobre as mulheres, frequentemente relegando-as a papéis subordinados e valorizando-as principalmente em funções domésticas e maternas. Esse é um ponto

derivado da prática discursiva religiosa, que legitima o domínio masculino sobre o feminino, ou seja, o império do heteronormativo.

Recuperando Foucault (2018), podemos dizer que o cristianismo, por exemplo criou verdades, verdades sobre como deveria ser o comportamento da mulher, verdades com relação a sexualidade, em conformidade com a interpretação religiosa. O universo simbólico-religioso judaico-cristão estabelece normas rígidas sobre comportamento sexual, frequentemente associando a sexualidade a contextos específicos, como o casamento heterossexual. A condenação de práticas consideradas "desviantes", como a homossexualidade e, de forma mais abrangente, a comunidade LGBTQIA+, é corrente no contexto das religiões, pois a homossexualidade não é vista como reprodutiva.

A concepção acerca do sexo no contexto do campo religioso é reprodutivista. Esses valores são construções de verdades formadas por práticas discursivas relativas aos textos sagrados e ensinamentos religiosos, que influenciam os comportamentos e concepções de mundo. Afirma Foucault (2018), o seguinte, com relação ao regime de verdade construído no universo de representações simbólico-religiosas:

Regimes bem diferentes esses, da fé e da confissão, pois no caso da fé se trata da adesão a uma verdade intangível e revelada, na qual o papel do indivíduo, logo o ato de verdade, o ponto de subjetivação está essencialmente na aceitação desse conteúdo e na aceitação de manifestar que se aceita esse conteúdo – é esse o sentido da profissão de fé, do ato da profissão de fé, enquanto no outro caso, no caso da confissão, não se trata de modo algum de aderir a um conteúdo de verdade mas de explorar, e explorar indefinidamente, os segredos individuais. Pode-se dizer que o cristianismo, em todo caso do ponto de vista que me interessa aqui, foi perpetuamente permeado por essa extraordinária tensão entre os dois regimes de verdade, o regime da fé e o regime da confissão (FOUCAULT, 2018, p. 77-78)

A afirmação de Michel Foucault apresenta uma distinção clara entre dois "regimes de verdade" dentro do cristianismo: o regime da profissão de fé e o regime da confissão. Foucault (2018) destaca que esses regimes são diferentes em sua natureza e em suas expectativas sobre o indivíduo. No regime da fé, o foco está na adesão a uma verdade intangível e revelada. Essa verdade transcende a experiência cotidiana e é considerada sagrada e inquestionável. O papel do indivíduo nesse regime é aceitar essa verdade revelada e manifestar publicamente essa aceitação. Isso é exemplificado pela profissão de fé, um ato em que o indivíduo declara sua crença e aliança com os princípios e dogmas da religião. A subjetivação, ou seja, a formação da identidade do indivíduo, está centralmente vinculada à aceitação e expressão dessa verdade.

Esses pontos constantes na assertiva de Foucault (2018) são explicativos para compreendermos a influência da prática discursiva religiosa no indivíduo. Ao considerar o papel destinado à mulher e a questão da sexualidade através do universo religioso de representações simbólicas, podemos compreender sua força moral repressiva à liberdade da mulher, ao domínio da

mulher sobre seu próprio corpo e ao direito de exercer livremente a sexualidade.

Podemos dizer que estamos diante da matriz ideológica que legitima, de alguma forma, a violência contra a mulher e contra a comunidade LGBTQIA+ no comportamento dos homens no contexto da sociedade brasileira. Podemos dizer que o império do heteronormativo tem sua determinação no âmbito dos dogmas do universo cristão de representações simbólicas. Consequentemente, a heteronormatividade tende a marginalizar, discriminar ou legar à invisibilidade outras orientações sexuais e identidades de gênero, como a homossexualidade, a bissexualidade e as identidades transexuais e não-binárias.

Por outro lado, o regime da confissão não se preocupa com a adesão a um conteúdo específico de verdade revelada. Em vez disso, está centrado na exploração dos segredos individuais. A confissão é um processo em que o indivíduo revela seus pensamentos, sentimentos e ações mais íntimos, frequentemente em um contexto de supervisão religiosa, como a confissão sacramental no catolicismo. Este regime se dedica a desvendar e explorar indefinidamente o interior do indivíduo, trazendo à tona aspectos pessoais que devem ser examinados e, eventualmente, corrigidos ou redimidos. É importante termos a compreensão de que os regimes de verdade são construções discursivas as quais são interiorizadas, ou internalizadas em se considerando Camargo (1961).

No universo simbólico-religioso há a presença do dogma, que se constitui enquanto uma verdade inquestionável, a qual é internalizada pelo crente e/ou adepto, estamos no campo então de uma verdade revelada, característica do regime da fé, muitas vezes inclui dogmas que sustentam a heteronormatividade e patriarcalismo, no cenário histórico-cultural brasileiro. No universo cristão, verdades reveladas frequentemente enfatizam a supremacia do homem sobre a mulher e a exclusividade das relações heterossexuais. Essas crenças são internalizadas pelos fiéis e manifestadas publicamente como parte de sua profissão de fé. A aceitação dessas verdades como normativas contribui para a marginalização e opressão das mulheres e da comunidade LGBTQIA+, justificando atitudes e comportamentos discriminatórios e violentos.

Assim a dualidade entre fé e confissão no cristianismo conforme argumentado por Foucault (2018), contribui para a violência contra a mulher e a comunidade LGBTQIA+ ao perpetuar normas patriarcais e heteronormativas. A aceitação passiva dessas normas como verdades reveladas e a introspecção contínua promovida pela confissão reforçam a marginalização, a opressão e a violência contra aqueles que não se conformam a essas expectativas sociais e religiosas.

Podemos dizer que o regime da fé e o regime da confissão (Foucault, 2018) se constituem enquanto dispositivos de poder que regem a conduta dos indivíduos e grupos no contexto das sociedades, estabelecem um processo de dominação das mentes levando a uma “servidão voluntária,” elemento este que ratifica as relações de dominação e legitima as estruturas de poder, presentes na sociedade.

É importante, neste momento resgatarmos a definição de religião de Durkheim, quando este aponta que: [...]uma religião é um sistema solidário de crenças seguintes de práticas relativas a coisas sagradas, ou seja, separadas, proibidas; crenças e práticas que unem na mesma comunidade moral, chamada igreja, todos os que a ela aderem (DURKHEIM, 1989, p:79). Pela presente definição de religião, podemos verificar que a abordagem durkheimiana permite partir do princípio de que as estruturas objetivas da realidade social configuram representações simbólicas e religiosas, na medida em que a religião e todas as suas manifestações acabam por expressar a própria sociedade.

A questão do dogma é central quando abordamos o campo religioso. Em se considerando Foucault (2018), podemos dizer que ele é o regime de verdade que se constitui enquanto profissão de fé, discurso internalizado segundo Camargo (1961). Nessa profissão de fé, não há questionamento, há o império da obediência e há a determinação de ser obediente à ordem dada, a mensagem dada, sem qualquer questionamento, obediência sem questionamentos, porque diante de verdade absoluta, advinda da profissão de fé de indivíduos e grupos, ou seja, os membros da comunidade ou seguidores da religião são esperados a aceitar e professar esses dogmas como parte essencial de sua fé. Portanto, o dogma estabelece obediência irrestrita, serve como base moral, prática ritual e ensinamentos de uma comunidade. E, não devemos nos esquecer a definição de Durkheim (1989), sobre a religião enquanto reflexo das sociedades. Mais uma vez Foucault (2018) se torna essencial, quando trata da temática direção-obediência, para compreendermos os efeitos da obediência no indivíduo diante de uma verdade absoluta, diante da profissão de fé, diante de uma direção a partir do dogma, se assim, quando afirma o seguinte:

Mas o que é útil na relação de direção é a própria forma da relação de obediência. Uma ordem qualquer que seja, por mais absurda que seja, pelo simples fato de ser dada e de que se obedeça a essa ordem é isso que constituindo efeito útil da relação de direção. Mas útil em que? O que deve produzir essa obediência? Por que é necessário e por que basta que sejam dadas ordens, por mais absurdas que se possa imaginá-las, e que elas sejam cumpridas e obedecidas para que haja uma utilidade na relação de direção? O que a obediência produz? Não é difícil: a obediência produz a obediência. Quer dizer que, se devemos obedecer – e está aí a grande diferença -, não é por um objetivo posto no exterior, não é como no caso da direção antiga, para recobrar a saúde ou para atingir um estado de felicidade ou para superar uma dor ou uma tristeza. Você obedece para poder ser obediente, para produzir um estado de obediência, um estado de obediência tão permanente e definitivo que subsiste mesmo quando não há ninguém precisamente a quem obedecer e mesmo antes que alguém tenha formulado uma ordem. Devemos estar em estado de obediência. Quer dizer que a obediência não é uma maneira de reagir a uma ordem, a obediência não é uma resposta ao outro. A obediência é e deve ser uma maneira de ser, anterior a toda ordem, mais fundamental do que toda a situação de comando, por conseguinte, o estado de obediência se antecipa de certo modo às relações com outrem. Antes mesmo que outrem esteja presente e lhe dê uma ordem, você já está em estado de obediência e o que a direção deve produzir é a obediência. (FOUCAULT, 2018, p.245-246.)

Considerando o fato de que os dogmas são estabelecidos por uma autoridade religiosa ou institucional, sendo considerados infalíveis dentro do contexto dessa autoridade, podemos dizer que

essa autoridade é o comando que estabelece a obediência. Essa obediência acaba por estar internalizada no indivíduo na medida em que, no campo religioso, os dogmas estão baseados em textos sagrados, revelações divinas ou até mesmo tradições antigas. Trata-se de uma das formas, ou podemos dizer um dos dispositivos, que mantêm indivíduos e grupos em estado de obediência. Sendo assim, no contexto religioso nacional, os elementos marcadamente conservadores presentes em nossa sociedade em relação à mulher e à comunidade LGBTQIA+ advêm de uma visão dogmática, portanto, obediente do mundo. Portanto, o universo de representações simbólico-religiosas cristão é em nossa sociedade uma fonte poderosa de valores morais e normas sociais, estabelecendo o que considera como normal e anormal.

Novamente, resgatando Durkheim (1989), quando demonstra a significação do sistema de símbolos culturais na vida de indivíduos e grupos, necessária à existência humana em sua realidade objetiva e subjetiva e que podemos dizer que são fontes geradoras da obediência. São significativas as suas palavras:

Mas os crentes, isto é, os homens que vivendo a vida religiosa, têm a sensação direta do que a constitui, objetam que essa maneira de ver não corresponde à experiência cotidiana. Sentem com efeito, que a verdadeira função da religião não é nos fazer pensar, enriquecer nosso conhecimento, acrescentar às representações que devemos à ciência, representações de outra origem e de outro caráter, mas nos fazer agir, **nos ajudar a viver**. O fiel que comungou com o seu deus, não é apenas homem que vê verdades novas que o incrédulo ignora: é homem que pode mais. Ele sente em si força maior para suportar as dificuldades da existência e para vencê-las. Está como que elevado acima das misérias humanas, porque está elevado acima de sua condição de homem; acredita-se a salvo do mal, aliás, sob qualquer forma que se conceba o mal. O primeiro artigo de qualquer fé é a crença na salvação pela fé. Ora, não se vê como uma simples ideia poderia ter essa eficácia. Uma ideia, com efeito, é apenas um elemento de nós mesmos: como poderia conferir poderes superiores que temos por nossa própria natureza? Por mais rica que ela seja em virtudes afetivas não poderia acrescentar nada à nossa vitalidade natural; porque ela não pode senão desencadear as forças emotivas que estão em nós, não pode criá-las nem aumentá-las. Do fato, de representarmos um objeto como digno de ser amado e procurado não segue que nos sintamos mais fortes; mas é preciso que desse objeto emanem energias superiores àquelas de que dispomos e, além disso, que tenhamos algum meio de fazê-las penetrar em nós e de integrá-las à nossa vida interior (DURKHEIM, 1989, p: 493-494) **[grifo nosso]**.

Para Durkheim (1989), o crente parece ser possuído de um poder que lhe dá sustentação no contexto de sua vida, principalmente em sua vida cotidiana. Um certo grau de posse do sagrado lhe garante uma estrutura plausível de mundo a qual uma vez internalizada lhe permite encontrar sentidos objetivos e subjetivos para o seu estar no mundo. Quando Durkheim (1989) afirma que o crente é aquele “que pode mais”, podemos verificar a efetiva posse de um poder que desencadeia ações que o autor de referência estabelece como, emotivas, que estão na pessoa que é o crente, mas a posse do sagrado a potencializa.

A prática discursiva e não discursiva (simbólica) internalizada ou interiorizada permite a

aquisição de uma forma de “verdade”, que assegura um sentido e um arcabouço moral que estabelece repertórios específicos de ações individuais e coletivas, pois a leitura religiosa do mundo permite solucionar, elucidar as próprias contradições que se encontram presentes no âmbito da realidade objetiva. Pergunta-se então como não ser obediente? Não estamos no campo de uma “servidão voluntária? Como novos papéis sociais para a mulher a partir de seu reconhecimento social e novas formas de amar, novas formas de ver a sexualidade poderão romper com o conservadorismo presente na sociedade brasileira, em se considerando o que está presente no universo de representações simbólico-religiosas nacional?

A Parada do Orgulho LGBTQIA+: da casa à visibilidade em busca do reconhecimento social recíproco.

Historicamente, os espaços públicos foram arenas de exclusão e violência para pessoas LGBTQIA +. No entanto, nas últimas décadas, tem havido uma crescente ocupação desses espaços como forma de protesto, celebração e demanda por reconhecimento, pertencimento e reivindicação de direitos iguais. Este movimento é simbolizado pela Parada do Orgulho LGBTQIA +, um evento que se consolidou como um dos maiores atos públicos em defesa dos direitos dessa comunidade no Brasil. Cabe destacar que, na contemporaneidade, estamos vivenciando novas formas de sociabilidade, e consideramos que essa mudança permitiu a abertura à comunidade LGBTQIA + na busca por seus direitos de reconhecimento e pertencimento.

A Parada do Orgulho LGBTQIA + no Brasil, especialmente a de São Paulo, é uma das maiores do mundo. Em 2024, a parada de São Paulo reuniu mais de 3 milhões de pessoas, de acordo com a imprensa¹⁶. Este evento não apenas celebra a diversidade e a resistência da comunidade LGBTQIA+, mas também destaca questões políticas e sociais urgentes, como a luta contra a discriminação, a violência e a necessidade de políticas públicas inclusivas. A cada ano que passa a Parada do Orgulho LGBTQIA + vai angariando adeptos e também, não podemos deixar de dizer, críticos ferozes que a consideram um acinte aos valores morais e éticos da família brasileira.

Neste ano a parada foi marcada pelo *dress code*¹⁷ definido, onde os participantes foram incentivados a vestirem roupas nas cores da bandeira do Brasil, em verde e amarelo, uma expressão política de assunção de pertencimento e resistência, marcada por gritos de "a bandeira é nossa", com o objetivo de retomar os símbolos nacionais, como caracteriza-se o uso das cores da bandeira brasileira, cuja nos últimos anos ficaram associadas aos atos contra a esquerda e em apoio à extrema direita.

¹⁶ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/06/02/parada-lgbt-2024-sp.shtml>

¹⁷ Significa código de vestimenta.

Podemos perguntar: qual o conteúdo de sentido que a notícia diante do que anteriormente analisamos no contexto do presente trabalho vem nos trazer? Em se considerando a sociedade conservadora em seus aspectos morais ainda vigentes em nossa cultura, podemos dizer que a Parada do Orgulho LGBTQIA+, se configura num momento de resistência ao patriarcalismo, ao conservadorismo, à violência e também a uma busca na ocupação do espaço da rua, enquanto demonstração de visibilidade e busca de um reconhecimento social recíproco que é a fonte do equilíbrio social, segundo Honneth, quando afirma que:

O ponto de partida dessa teoria da sociedade deve ser constituído pelo princípio no qual o pragmatista Mead coincidiria fundamentalmente com o primeiro Hegel: a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma auto relação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais. No entanto, uma tese relevante para a explicação disso só resulta dessa premissa geral se nela é incluído um elemento dinâmico: aquele imperativo ancorado no processo da vida social opera como uma coerção normativa, obrigando os indivíduos a delimitação gradual do conteúdo do reconhecimento recíproco, visto que só por esse meio eles podem conferir uma expressão social as pretensões de sua subjetividade, que sempre se regeneram. Nesse sentido, o processo da individuação, discorrendo no plano da história da espécie, está ligado ao pressuposto de uma ampliação simultânea das relações de reconhecimento mútuo. **A hipótese evolutiva assim traçada, porém, só pode se tornar a pedra angular de uma teoria da sociedade na medida em que ela é remetida de maneira sistemática a processos no interior da práxis da vida social: são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, agudo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades** (HONNETH, 2009, p 154-155). [Grifo nosso]

Seguindo a assertiva de Honneth (2009), a Parada do Orgulho LGBTQIA+, diante dos elementos fundantes da realidade sociocultural brasileira vai para além de uma simples demonstração de visibilidade, de um simples “eu estou aqui”, mas envolve, um querer na ocupação do espaço da rua ser reconhecido em reciprocidade, caso, contrário mantém-se os elementos heteronormativos, alicerçados no campo religioso, no patriarcalismo e consequentemente no conservadorismo presente em nossa sociedade. A ocupação do espaço da rua, onde tem a aderência de famílias heterossexuais, num ambiente festivo, mas um festivo que busca conscientização para os problemas do não reconhecimento presente no contexto da sociedade brasileira, o não reconhecimento da diferença, dos diferentes o que é em si mesmo uma exclusão.

DaMatta (1985), ao trabalhar com a dualidade entre o espaço da rua e o espaço da casa no contexto da sociedade brasileira, constata em sua análise que a casa é atinente ao domínio do feminino, do privado, do íntimo, onde as regras e os papéis sociais são claramente definidos e respeitados. Podemos dizer o espaço do “está posto.” A casa é hierárquica, ela tem sobrenome e é do campo das relações pessoais privadas. Mas a rua, possui uma outra dimensão, um outro conteúdo de sentido, pois se constitui enquanto espaço de uma forma de liberdade, de uma igualdade formal e do

anonimato. E, sendo o espaço do anonimato a identidade individual segundo DaMatta (1985), pode ser reinventada, ressignificada. Na rua, todos são iguais e qualquer um pode ser um outro qualquer. É, para DaMatta (1985), um espaço de potencialidades. Um vir a ser outro, sempre é possível no espaço da rua. De outra parte, DaMatta (1985), concebe a complementariedade, a relação dialética entre a casa e a rua, pois são complementares e ao mesmo tempo antagônicos, sendo a casa a representação da ordem e da estabilidade e a rua a representação da desordem e da mudança. Mas o referido autor também afirma que com relação entre a casa e a rua, há a tensão entre o público e o privado, o tradicional e o moderno o familiar e o desconhecido.

Consideramos que podemos unir a concepção de Axel Honneth (2009) sobre o reconhecimento, com a concepção de Roberto DaMatta (1985), sobre a casa e a rua. Honneth, em sua teoria do reconhecimento, argumenta que o desenvolvimento da identidade individual depende de três formas de reconhecimento: amor, respeito e estima social. Já DaMatta, em sua análise antropológica e sociológica, explora como os espaços da casa e da rua representam e moldam as relações sociais no Brasil.

A casa, como descrita por DaMatta (1985), é um espaço onde as relações íntimas e familiares se desenvolvem, alinhando-se com a forma de reconhecimento do amor (reconhecimento emocional em relações íntimas como as relações familiares) de Honneth (2009). Na casa, as relações são baseadas em afeto e cuidado, proporcionando um ambiente onde o indivíduo pode desenvolver sua identidade emocionalmente.

Um elemento muito importante é a questão em Honneth (2009) do respeito enquanto reconhecimento jurídico, onde todos são vistos como iguais perante a lei e estima social, reconhecimento das contribuições individuais perante a sociedade, compreendemos que estes dois elementos apontados por Honneth (2009), são fundamentais no contexto da ocupação do espaço da rua (DaMatta, 1985), pois é neste espaço diante destes dois elementos que podemos ter na ocupação do espaço da rua o reconhecimento recíproco, gerado pela estima social enquanto contribuições individuais para a sociedade.

A estima social (Honneth, 2009) e a interação entre a casa e a rua (DaMatta, 1985), podem ser consideradas da seguinte forma: A estima social pode ser vista na forma como os indivíduos são valorizados por suas contribuições tanto na esfera privada quanto na pública. Na casa, uma pessoa pode ser reconhecida por seu papel dentro da família, enquanto na rua, pode ser reconhecida por suas realizações e participação na sociedade. A interação entre casa e rua permite que o reconhecimento ocorra em múltiplos níveis, abrangendo tanto o espaço íntimo quanto o espaço público.

Podemos dizer que a concepção de Honneth (2009) sobre o reconhecimento e a concepção de DaMatta (1985) sobre a casa e a rua se complementam ao descrever como os indivíduos desenvolvem

sua identidade e são reconhecidos em diferentes esferas da vida. Na casa, o reconhecimento emocional e íntimo (amor) é fundamental para a formação da identidade pessoal. Na rua, o respeito jurídico e a igualdade formal são essenciais para o reconhecimento público. A interação entre esses espaços permite que os indivíduos sejam valorizados por suas contribuições em ambos os contextos, promovendo um senso completo de identidade e estima social.

Considerando os aspectos citados e a força da Parada do Orgulho LGBTQIA+ como uma busca por reconhecimento social recíproco, o ato de ocupar o espaço público, ao sair do privado da casa, também envolve a geração de uma transformação em relação ao nosso traço cultural típico, que se origina de nosso elemento fundante advindo da colonização. Esse processo de subjetivação nos privou da capacidade de lidar com a diferença, de aceitar as diversidades e de reconhecer, nas diferenças, construções de saberes e de identidades. Por isso, em nossa sociedade, temos o império da homogeneidade, uma forma de pensar homogeneizante que rechaça tudo o que é diferente, resultando em violência. Ocupar o espaço público e permitir-se ser visível em sua diferença, assim como reivindicar o direito de ser e buscar o reconhecimento recíproco (Honneth, 2009), envolve o conteúdo essencial do movimento da Parada do Orgulho LGBTQIA+.

Considerações finais

No campo das ciências humanas, e mais especificamente nas Ciências Sociais, os resultados não podem ser considerados definitivos. Esses resultados traduzem-se em fontes de reflexão futura e em uma reflexão sempre necessária. Ao nosso grupo buscar trabalhar com a Parada do Orgulho LGBTQIA+ no contexto da sociedade brasileira, tornou-se imprescindível abordar a intersecção entre LGBTQIA+, paternalismo, violência contra a mulher e representações religiosas. Esses elementos são, em nossa compreensão, estruturais e estruturantes para a realização de uma análise reflexivo-crítica dos traços característicos historicamente presentes na cultura brasileira.

Essa análise tem como matriz a violência da exclusão, a violência da posse exclusiva, a violência da humilhação, a violência do machismo e a violência da marginalização, perpetradas por segmentos dominantes da sociedade, que tornam invisíveis aqueles que desejam resistir na luta pela conquista do reconhecimento social recíproco (Honneth, 2009). Portanto, essa intersecção revela uma complexa teia de desigualdades em condições de possibilidade e tensões que afetam profundamente a vida de muitos indivíduos. Esta realidade cultural, marcada por um histórico de opressão e resistência, apresenta pontos de encontro significativos que podem ser explorados para compreender a dinâmica social contemporânea, pois, encontramos nesta intersecção a violência como base das ações

manifesta na recusa ao reconhecimento social recíproco do outro.

Buscando explicitar a resposta à questão investigativa, constatamos que a presença do patriarcalismo em nossa estrutura sociocultural é a fonte originária da não prioridade do papel social da mulher. Secundarização essa que possui como alicerce ideológico o dogma cristão de Maria, Mãe de Jesus, a eterna cuidadora da família, da casa. Nesta secundarização diante de uma sociedade patriarcal decreta-se a inferioridade do feminino, portanto, uma forma de marginalização do feminino diante da autoridade do masculino determinada pelo patriarcalismo brasileiro, o qual ainda manifesta suas raízes. Portanto, tanto a violência pela subordinação e não reconhecimento do papel social das mulheres quanto a violência contra a comunidade LGBTQIA+ são perpetuados por normas de gênero de caráter demasiado rígidos e por uma estrutura patriarcal que valoriza, repetimos, a masculinidade tradicional e desvaloriza a feminilidade, a diversidade de gênero e o diferente.

Podemos afirmar que o universo religioso de representações simbólico-religiosas se constitui como uma sustentação ideológica do patriarcalismo e, portanto, da opressão e violência contra a mulher e contra o movimento LGBTQIA+. O machismo, uma consequência do patriarcalismo, é também uma ideologia que sustenta a superioridade do homem em relação à mulher. Assim, ele se manifesta como uma ação sexista, na qual os comportamentos masculinos são valorizados enquanto os femininos são desvalorizados.

Em ambos os casos, há a ausência do reconhecimento social recíproco e do reconhecimento do outro como um significante (Honneth, 2009), fator que propicia a violência. Na falta desse reconhecimento, ocorre o processo de coisificação do outro, permitindo que toda a violência se realize contra aquele que não possui significação alguma. Esse contexto se aplica tanto à violência doméstica quanto à violência contra a comunidade LGBTQIA+. Por essa razão, Honneth (2009) é fundamental para compreendermos os aspectos da violência na sociedade brasileira em relação à questão do reconhecimento. A inexistência do reconhecimento social, que implica a valorização social de indivíduos e grupos de forma recíproca, é, resumidamente, uma fonte de coisificação e, por consequência, de violência. Outro ponto a ser considerado é a relação de interdependência entre patriarcalismo e machismo, assim como entre patriarcalismo e dominação masculina, resultando na subjetivação do feminino. Isso cria um ambiente social em que a violência contra a mulher é normalizada e até mesmo desejada para manter a ordem social. Da mesma forma, ocorre com a comunidade LGBTQIA+. Quando esses dois segmentos questionam os papéis de gênero tradicionais presentes em nossa sociedade, geralmente são alvo de violências para que “voltem ao seu devido lugar.”

Daí a importância da Parada do Orgulho LGBTQIA+, que desafia a ordem vigente e os valores morais estabelecidos, denunciando os processos de opressão e subjetivação e buscando igualdade de direitos, reconhecimento e efetivo respeito para todas as identidades de gênero e orientações sexuais.

Esse movimento, em busca de reciprocidade, constitui um desafio e um confronto à heteronormatividade e à cisnormatividade, sendo, portanto, uma luta política por reconhecimento social recíproco.

Diante do que apontamos no presente trabalho, enquanto considerações finais, cremos que uma questão fundamental a ser considerada ao trabalharmos com a Parada do Orgulho LGBTQIA+ é: quem tem voz em um contexto de sociedade estruturalmente desigual, marcada por características socioculturais alicerçadas no patriarcalismo, no machismo e na ausência de reconhecimento social? Em uma sociedade onde o outro não é reconhecido como um ser significativo e que é sustentada pelos dogmas judaico-cristãos presentes no Ocidente, podemos afirmar que aquele que detém o poder é quem define o que é normal e o que é anormal. Assim, a normalidade e a anormalidade tornam-se relativas, dependendo do campo das relações de poder e força presentes nos contextos sociais e históricos.

Este trabalho envolveu o estudo do poder e da força do masculino em relação ao feminino e à comunidade LGBTQIA+. Também consideramos um elemento significativo: a vulnerabilidade das mulheres LGBTQIA+, que enfrentam forte discriminação tanto por causa de seu gênero quanto por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Pudemos verificar que, em múltiplas dimensões da sociedade brasileira, inclusive no campo educacional, encontramos práticas sociais e valores morais conservadores. Isso está relacionado a uma cultura transplantada que recusa o diferente, priorizando a homogeneização das condutas, das mentalidades, das formas de pensamento e das maneiras de ver o mundo, conforme a ideologia dominante. Essa ideologia é permeada pela prática discursiva existente, por exemplo, no campo religioso, onde se reafirma o papel da mulher como cuidadora. Nesse processo, que podemos denominar, à luz do marxismo, de "dominação ideológica", a qual interpela e atravessa a esfera sociocultural, não há espaço para o diferente, para aqueles que manifestam sua maneira de ser e que buscam reconhecimento social e reciprocidade desse reconhecimento em sua diferença, como ocorre na ocupação do espaço público durante a Parada do Orgulho LGBTQIA+.

A Parada do Orgulho LGBTQIA+, com seus participantes transformando o espaço público em um ambiente de visibilidade e afirmação de existência, envolve uma luta política por reconhecimento, não apenas do movimento LGBTQIA+, mas também das mulheres, dos excluídos sociais e dos marginalizados. Essa luta política consiste em sair do espaço privado da casa e ocupar o espaço público, mostrando-se como realmente são e reivindicando o direito de ser como são. Trata-se de uma luta política contra os dispositivos de poder que moldam, sujeitam e "matam" a identidade social e individual.

Constata-se que, mesmo diante das críticas ferrenhas dos setores conservadores da sociedade

brasileira — em nome da família, da moral, da pátria e da liberdade —, e também de setores religiosos, o movimento da Parada do Orgulho LGBTQIA+ construiu sua própria historicidade. Afirmou-se ao ocupar a Avenida Paulista em um dia determinado, tomando conta de todos os espaços da rua e saindo de casa — essa casa que também pode ser entendida como o armário — para ocupar o espaço público, onde ocorre a revelação do ser.

O patriarcalismo, a violência e as práticas discursivas religiosas internalizadas são constitutivos dos sujeitos, moldam-nos e estão contidos no espaço da casa, no espaço privado, onde a herança cultural e social é transmitida. Quando, no desenvolvimento da sociedade, temos um movimento que transmuta o espaço da rua, impessoal, em um espaço comunitário, como a Parada do Orgulho LGBTQIA+, observamos sinais fortes da busca pelo reconhecimento social enquanto luta política, que poderá gerar frutos não apenas para a comunidade LGBTQIA+, mas também para as mulheres que sofrem violência, para os negros perseguidos por policiais apenas por estarem correndo para pegar um ônibus e para todos aqueles que enfrentam os dispositivos de poder que negam o reconhecimento social e não aceitam a diferença.

Espera-se que a compreensão reflexiva acerca da ocupação do espaço público pela comunidade LGBTQIA+ no Brasil, desde a intimidade do lar até a visibilidade nas ruas, não seja apenas uma questão de presença física, mas também uma reivindicação de direitos, reconhecimento e pertencimento. Ao analisar esse fenômeno, buscamos entender como essas práticas de ocupação desafiam e reconfiguram as normas sociais e culturais em um contexto de uma sociedade conservadora que recusa a valorização da diferença e das singularidades, incluindo, nesse processo, o reconhecimento recíproco da cidadania. Isso significa o direito de ter direitos, segundo Hannah Arendt, em sua formulação de cidadania, pois, desde o processo de nossa colonização, o elemento fundante se constituiu na homogeneização das condutas e das maneiras de ver o mundo.

Este estudo, originário das reflexões e relações dialógicas de um grupo de pesquisa partiu dos elementos de nossa história sociocultural e procurou demonstrar as relações e os nexos causais que podem ser considerados fundadores da violência contra a mulher, contra pessoas LGBTQIA+ e contra os diferentes. Essas violências são vistas como traços característicos de uma cultura eurocêntrica transplantada que, quer queiramos ou não, ainda mantém seus tentáculos em nossa sociedade até os dias de hoje.



Referências

- AZEVEDO, Cecília. **A Marcha da Família com Deus pela Liberdade: o Brasil entre o golpe e a Guerra Fria**. São Paulo: Editora Contexto. 2014.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2021.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores. 2001
- BEAUVOIR, Atena. **Pão, Sol & Travesti**. Coletivo Antropologia Urbana, 2023.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo. Editora Perspectiva. 2020.
- BOURDIEU, P. **A Distinção. Crítica Social do Julgamento**. Porto Alegre. Editora Zouk. 2007.
- CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de **Kardecismo e Umbanda. Uma interpretação sociológica**. São Paulo, Editora Pioneira, 1961.
- DaMATTA, R. **A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1985.
- DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. Petrópolis. Editora Vozes. 1989.
- ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores.1994.
- FOUCAULT, M. **Do Governo dos Vivos**. São Paulo. Editora Martins Fontes. 2018.
- FOUCAULT, M. *Outros Espaços*. In: **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber** (pp. 411-422). Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2013.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber**. São Paulo: Paz e Terra. 2014
- HONNETH, A. **A Luta por Reconhecimento: A gramática Moral dos Conflitos Sociais**. São -- Paulo. Editora 34. 2009.
- LERNER, Gerda, **A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens**. São Paulo. Editora Cultrix. 2020.

Maria Clara Ramos Nery

É doutora em Ciências Sociais, pela UNISINOS, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Especialista em Estudos Culturais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Especialista em Educação Popular, pela UNISINOS, e Especialista em Educação Transformadora, pela PUC/RS. É professora adjunta da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul UERGS, Curso de Pedagogia – da Unidade de Cruz Alta/RS. Líder do Grupo do CNPQ – “Danos Colaterais do Universal Heterossexual”. <https://orcid.org/0000-0001-5662-3897>

Rodrigo Amarante

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2021) e Especialização em Educação e Culturas pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (2024). Membro do grupo de pesquisa Danos Colaterais do Universal Heterossexual, cadastrado no CNPQ com o propósito de investigar e analisar os potenciais impactos associados à normatividade heterossexual na sociedade brasileira em relação com pessoas LGBTQIA+. Atualmente atua como Soldado QPM-1 no Departamento de Ensino da Brigada Militar do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, diferença, diversidade e prática pedagógica. <https://orcid.org/0009-0009-2775-771X>

Berenice Falconi Baptista

Possui graduação em Direito pela Universidade de Cruz Alta (2012). Graduanda em Licenciatura de Pedagogia pela Uergs Cruz Alta (2020) Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito. Possui formação de Corretora de Imóveis pela Escola Técnica Eduq Santa Maria onde atuou como professora nas disciplinas de Noções de Relações Humanas e Ética, Direito e Legislação (2015). Trabalhou como Auxiliar de Ensino na Escola Municipal de Educação Infantil Nadir Ardenghi em 2019. Trabalha como atendente de Cartório de Registro de Imóveis. Especialista em Direito Notarial e Registral pela Unopar Anhanguera. <https://orcid.org/0009-0003-6520-6261>

Vitoria Vizzoto

Graduanda em Pedagogia-Licenciatura, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul-UERGS, na Unidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul. Bolsista de projeto de pesquisa de Iniciação Científica, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.